A REPRESENTAÇÃO RACIAL NA LITERATURA INFANTIL BRASILEIRA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DE MENINA BONITA DO LAÇO DE FITA

ELENICE NEVES ROMUALDO

RESUMO

Este artigo analisa criticamente a obra Menina Bonita do Laço de Fita, de Ana Maria Machado, à luz dos debates contemporâneos sobre representação racial na literatura infantil. Embora reconhecida como um marco por inserir uma personagem negra em posição de destaque, a obra apresenta limitações no que se refere à construção da identidade negra e à reprodução de estruturas simbólicas do racismo. A partir de contribuições teóricas de autores como Grada Kilomba, Stuart Hall, Lélia Gonzalez e Kabengele Munanga, o estudo problematiza aspectos como a centralidade do olhar branco, a objetificação da negritude e o reforço do mito da democracia racial. Conclui-se que a obra demanda mediação crítica no contexto educacional, especialmente em propostas comprometidas com a educação antirracista. Sim. A ideia apresentada no resumo pode ser aprofundada ampliando a discussão sobre os mecanismos sutis pelos quais a obra constrói a negritude e sobre os desafios de utilizá-la em uma perspectiva de educação antirracista. Embora Menina Bonita do Laço de Fita seja frequentemente celebrada como uma das primeiras obras da literatura infantil brasileira a apresentar uma protagonista negra de forma positiva, uma análise crítica revela tensões importantes que precisam ser consideradas no contexto das discussões contemporâneas sobre raça e representatividade. Publicada em um período em que a presença de personagens negros na literatura infantil era extremamente reduzida, a obra representou um avanço significativo ao conferir visibilidade a uma menina negra descrita como bonita, inteligente e admirada pelos demais personagens. Entretanto, o reconhecimento de seu caráter pioneiro não impede a problematização de aspectos que, à luz dos estudos raciais atuais, podem contribuir para a reprodução de imaginários racializados. Um dos elementos centrais da narrativa é a insistente curiosidade do coelho branco em descobrir o segredo da cor da menina. Essa dinâmica coloca a personagem negra no lugar do objeto de observação e investigação, enquanto o olhar branco ocupa a posição de sujeito que observa, interpreta e atribui significados. Tal estrutura dialoga com o que Grada Kilomba identifica como a lógica colonial do olhar, na qual pessoas negras são frequentemente transformadas em objetos de conhecimento, descritas e explicadas a partir de referenciais externos à sua própria experiência. A construção da identidade da personagem também merece atenção. Em nenhum momento a menina demonstra possuir consciência racial ou estabelece vínculos com a história, a cultura ou a ancestralidade afro-brasileira. Sua negritude aparece principalmente associada à dimensão estética, reduzida à beleza física e à cor da pele. Stuart Hall argumenta que identidades não são características naturais ou biológicas, mas construções culturais produzidas por processos históricos e sociais. Nesse sentido, a obra pouco contribui para a formação de uma identidade negra afirmativa, uma vez que não oferece elementos que permitam à personagem reconhecer-se como parte de uma coletividade histórica e cultural.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura infantil; relações raciais; representatividade negra; educação antirracista; identidade negra; racismo estrutural. população negra na literatura infantil.

INTRODUÇÃO

A literatura infantil ocupa papel central na formação simbólica, cognitiva e social das crianças, constituindo-se como um dos primeiros espaços de contato com representações culturais e identitárias. No Brasil, historicamente, esse campo foi marcado pela ausência ou estereotipação de personagens negros, refletindo e reproduzindo desigualdades estruturais. Nesse contexto, a publicação de Menina Bonita do Laço de Fita representou um avanço ao inserir uma protagonista negra em uma narrativa am-

plamente difundida.

No entanto, as transformações nos debates acadêmicos e sociais, sobretudo a partir da valorização de uma educação antirracista, impõem a necessidade de revisitar obras consagradas sob uma perspectiva crítica. Este artigo propõe analisar os limites e contradições da referida obra, evidenciando como determinados elementos narrativos podem reforçar, ainda que de forma sutil, estruturas raciais A literatura infantil ocupa um lugar estratégico na constituição dos sujeitos, pois atua diretamente na formação simbólica, cognitiva e social das crianças. É por meio das histórias, imagens e personagens que elas começam a compreender o mundo, a si mesmas e aos outros. Nesse sentido, os livros não são apenas instrumentos pedagógicos, mas dispositivos culturais que produzem sentidos, valores e identidades. Como argumenta Stuart Hall, a representação é um dos principais meios pelos quais os significados são construídos e compartilhados socialmente. Assim, aquilo que é narrado — e também o que é silenciado — na literatura infantil exerce influência direta na forma como as crianças percebem as diferenças e constroem suas referências identitárias.

No contexto brasileiro, essa dimensão torna-se ainda mais relevante diante de um histórico marcado pelo racismo estrutural. Durante décadas, a literatura infantil reproduziu padrões eurocêntricos, nos quais personagens brancos ocupavam posições centrais, enquanto personagens negros eram invisibilizados ou representados de forma estereotipada. Essa ausência não é neutra: ela contribui para a marginalização simbólica da população negra, reforçando desigualdades já existentes no plano social. Como aponta Kabengele Munanga, o racismo no Brasil opera muitas vezes de forma velada, naturalizando hierarquias raciais por meio de práticas culturais aparentemente inofensivas, como narrativas infantis.

É nesse cenário que a publicação de Menina Bonita do Laço de Fita, de Ana Maria Machado, deve ser compreendida como um marco importante. Ao apresentar uma menina negra como figura central da narrativa, a obra rompe, ainda que parcialmente, com a lógica de invisibilização predominante à época. Para muitas crianças, especialmente negras, esse tipo de representação possibilita o reconhecimento de si nos livros, o que é fundamental para a construção da autoestima e do sentimento de pertencimento. Como destaca Djamila Ribeiro, a representatividade importa porque define quem pode ser visto, ouvido e reconhecido como sujeito.

Entretanto, os avanços no campo dos estudos culturais, das relações étnico-raciais e da educação antirracista — intensificados no Brasil, especialmente após a Lei 10.639/03 — exigem uma revisão crítica dessas obras. Não se trata de deslegitimar sua importância histórica, mas de compreender seus limites à luz de novos referenciais teóricos e políticos. A literatura infantil contemporânea é convocada não apenas a incluir personagens negros, mas a construir narrativas que rompam com estereótipos e promovam uma representação complexa e afirmativa da identidade negra.

Nesse processo de revisão, torna-se fundamental analisar como determinadas escolhas narrativas podem, ainda que de forma sutil, reproduzir estruturas raciais hierarquizadas. A centralidade do olhar branco, a ausência de protagonismo efetivo de personagens negros, a exotização de características físicas e o uso de linguagens carregadas de heranças coloniais são elementos que precisam ser problematizados. Conforme argumenta Grada Kilomba, o racismo não se manifesta apenas em práticas explícitas de discriminação, mas também em narrativas e discursos que definem quem pode falar, existir e ser reconhecido.

Dessa forma, revisitar obras consagradas como Menina Bonita do Laço de Fita não significa negá-las, mas ampliá-las criticamente. Trata-se de inserir essas narrativas em um debate mais amplo sobre poder, representação e identidade, reconhecendo que a literatura infantil é um campo de disputa simbólica. Ao fazê-lo, abre-se espaço para práticas pedagógicas mais conscientes, capazes de formar leitores críticos e contribuir para a construção de uma sociedade efetivamente comprometida com a equidade racial.

SÍNTESE DA OBRA

A obra Menina Bonita do Laço de Fita, de Ana Maria Machado, narra a história de uma menina negra descrita como muito bonita, cujas características físicas despertam a admiração de um coelho branco. Encantado principalmente pela cor de sua pele, pelos olhos e pelos cabelos da menina, o coelho passa a questioná-la repetidamente sobre qual seria o segredo de sua aparência. Seu desejo é descobrir a origem daquela cor para que também possa tornar-se semelhante a ela. Diante das insistentes perguntas, a menina responde de forma lúdica e imaginativa, atribuindo sua cor a situações fantasiosas, como ter tomado muito café, comido jabuticaba ou caído em tinta preta. Curioso e determinado, o coelho tenta reproduzir cada uma dessas experiências, mas não consegue alcançar o resultado desejado.

À medida que a narrativa se desenvolve, o diálogo entre os personagens evidencia a fascinação do coelho pela aparência da menina, elemento que estrutura o enredo e conduz os acontecimentos da história. Somente ao final da narrativa, a mãe da menina intervém para esclarecer que a cor da filha não é resultado de nenhuma ação específica, mas da herança recebida de seus familiares e antepassados. A explicação remete à transmissão das características físicas entre as gerações e apresenta a diversidade humana como um processo natural. Após compreender essa explicação, o coelho encontra uma coelha preta, com quem constitui uma família. O casal tem filhotes de diferentes cores e características, representando a diversidade presente nas relações humanas. O desfecho enfatiza a convivência harmoniosa entre as diferenças e valoriza a pluralidade racial como aspecto positivo da sociedade. Publicada em um contexto em que personagens negros raramente ocupavam posições de protagonismo na literatura infantil brasileira, a obra destacou-se por apresentar uma menina negra associada à beleza e à admiração. Entretanto, a centralidade da curiosidade do coelho branco sobre a aparência da protagonista e a ausência de referências mais amplas à identidade, à cultura e à ancestralidade afro-brasileira tornam a narrativa objeto de importantes reflexões no campo dos estudos raciais e da educação antirracista

CENTRALIDADE DO OLHAR BRANCO E AUSÊNCIA DE PROTAGONISMO

Um dos principais problemas identificados na obra é a centralidade do olhar branco na condução da narrativa. Embora a menina seja a figura que motiva a história, é o coelho branco quem protagoniza a ação, conduzindo o enredo por meio de suas inquietações e desejos. A personagem negra, por sua vez, não possui nome nem desenvolvimento subjetivo, sendo representada de forma passiva. Essa estrutura narrativa dialoga com a análise de Grada Kilomba sobre o lugar do sujeito negro na cultura ocidental, frequentemente reduzido à condição de objeto de observação.

A centralidade do olhar branco na condução da narrativa constitui um dos elementos mais significativos para a compreensão crítica da obra Menina Bonita do Laço de Fita. Embora a menina negra seja o eixo temático da história — isto é, a figura que desperta curiosidade e admiração —, ela não ocupa, de fato, o lugar de sujeito da narrativa. Quem mobiliza a ação, formula perguntas, expressa desejos e conduz o enredo é o coelho branco. Essa escolha narrativa desloca o protagonismo da personagem negra para uma perspectiva externa, evidenciando uma hierarquia simbólica em que o sujeito branco permanece no centro da produção de sentido.

Esse mecanismo pode ser interpretado à luz das reflexões de Grada Kilomba, que analisa como, na cultura ocidental, sujeitos negros são frequentemente posicionados como "outros", isto é, como objetos de observação, curiosidade ou desejo, mas raramente como sujeitos de enunciação. Nesse sentido, a menina não fala de si, não constrói sua própria narrativa, nem expressa sua identidade de forma autônoma; ela existe, sobretudo, como resposta às inquietações do coelho. Sua subjetividade é, portanto, limitada e mediada pelo olhar branco.

A ausência de nome da personagem reforça esse processo de apagamento simbólico. Nomear é um ato de reconhecimento e de existência social; ao não nomear a menina, a narrativa contribui para sua desindividu-

alização, transformando-a em uma figura genérica, representativa de um "tipo" e não de uma identidade singular. Esse aspecto dialoga com as discussões de Stuart Hall, que aponta como as representações estereotipadas tendem a reduzir sujeitos a características fixas, impedindo a construção de identidades complexas e plurais.

Além disso, a passividade da personagem negra evidencia uma assimetria de agência: enquanto o coelho investiga, experimenta e age sobre o mundo, a menina responde de forma reativa, sem iniciativa própria. Essa dinâmica narrativa pode ser compreendida como reflexo de estruturas sociais mais amplas, nas quais sujeitos negros historicamente tiveram suas vozes silenciadas ou subordinadas. Como observa Djamila Ribeiro, o direito à fala — ou "lugar de fala" — está diretamente relacionado a relações de poder que definem quem pode produzir discurso e quem é apenas objeto dele.

Portanto, a centralidade do olhar branco e a ausência de protagonismo da personagem negra não são apenas escolhas estéticas ou narrativas neutras, mas elementos que reproduzem, no plano simbólico, desigualdades estruturais. Ao analisar criticamente esses aspectos, torna-se possível compreender como a literatura infantil pode tanto perpetuar quanto questionar hierarquias raciais, reforçando a necessidade de práticas pedagógicas que promovam a leitura crítica e a valorização de narrativas mais plurais e emancipadoras. Centralidade do Olhar Branco e Ausência de Protagonismo

LINGUAGEM E HERANÇAS COLONIAIS

A análise da linguagem empregada em Menina Bonita do Laço de Fita evidencia a permanência de marcas históricas relacionadas ao racismo estrutural, revelando como a colonialidade também se manifesta no plano discursivo. Nesse sentido, o uso do termo "mulata" não pode ser compreendido como uma escolha neutra ou meramente descritiva, pois se trata de uma expressão carregada de significados históricos, vinculada à lógica escravocrata e à objetificação do corpo da mulher negra.

A origem da palavra remete ao termo "mula", animal resultante do cruzamento entre espécies distintas, o que evidencia sua associação a concepções raciais construídas durante o período colonial. Nesse contexto, a nomenclatura foi utilizada para classificar pessoas mestiças a partir de uma lógica hierarquizante que reduzia indivíduos a categorias raciais e biológicas, contribuindo para processos de desumanização. Embora, ao longo do tempo, o termo tenha sido incorporado ao vocabulário cotidiano e, em determinados contextos, associado a características consideradas positivas, sua carga histórica permanece ligada a estruturas de poder que naturalizaram a exploração, a inferiorização e a objetificação da população negra.

Sob a perspectiva dos estudos decoloniais, a permanência de expressões dessa natureza demonstra como a colonialidade do poder e do saber continua operando por meio da linguagem. As palavras não apenas descrevem a realidade, mas também produzem sentidos, legitimam visões de mundo e influenciam a forma como as relações sociais são construídas e percebidas. Assim, quando termos marcados por heranças coloniais são utilizados sem a devida problematização, corre-se o risco de reproduzir, ainda que involuntariamente, discursos que reforçam desigualdades raciais historicamente consolidadas.

No campo da literatura infantil, essa questão torna-se ainda mais relevante, uma vez que as obras destinadas às crianças desempenham papel fundamental na construção de referências simbólicas, identidades e valores sociais. As escolhas linguísticas presentes nas narrativas influenciam diretamente a maneira como os leitores compreendem as diferenças étnico-raciais e elaboram percepções sobre pertencimento, reconhecimento e diversidade. Por isso, a análise crítica do vocabulário empregado nessas obras é essencial para identificar possíveis permanências de discursos discriminatórios e refletir sobre seus impactos nos processos educativos.

Nesse contexto, discutir o uso do termo "mulata" em Menina Bonita do Laço de Fita não significa desconsiderar a importância da obra para a valorização da beleza negra e para a ampliação da representatividade na literatura infantil brasileira. Pelo contrário,

trata-se de reconhecer que mesmo produções comprometidas com a promoção da diversidade podem apresentar elementos que refletem contextos históricos específi-
i
cos e concepções ainda atravessadas pela herança colonial. Essa leitura crítica permite compreender a obra em sua complexidade, destacando tanto suas contribuições para a valorização da população negra quanto os limites presentes em determinadas escolhas discursivas.

Dessa forma, a consolidação de uma educação antirracista exige não apenas a ampliação da presença de personagens negras na literatura infantil, mas também uma atenção cuidadosa às formas de representação e aos sentidos produzidos pela linguagem. A construção de narrativas efetivamente comprometidas com a igualdade racial demanda representações positivas, plurais e humanizadas, capazes de valorizar a diversidade das experiências negras e de superar categorias e discursos historicamente associados à subalternização. Ao promover reflexões críticas sobre a linguagem e suas implicações sociais, a escola fortalece seu papel na formação de sujeitos conscientes, críticos e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa, democrática e verdadeiramente antirracista.

Nesse sentido, as contribuições de Lélia Gonzalez são fundamentais para compreender como a linguagem opera como um instrumento de poder. Para a autora, o racismo no Brasil se estrutura de forma sofisticada e muitas vezes dissimulada, manifestando-se por meio de expressões linguísticas naturalizadas no cotidiano. Ao afirmar que a linguagem é atravessada por relações históricas de dominação, Gonzalez evidencia que palavras e categorias não apenas descrevem a realidade, mas também a produzem e a legitima

O desfecho da narrativa pode ser interpretado como uma metáfora da miscigenação harmoniosa, aproximando-se daquilo que Kabengele Munanga define como mito da democracia racial. Segundo o autor, a ideia de convivência pacífica entre diferentes grupos raciais no Brasil construiu-se historicamente como um discurso que mascara desigualdades estruturais e silencia conflitos produzidos pelo racismo. Assim, ao apresentar a miscigenação como solução conciliadora e afetiva, a obra tende a reforçar uma visão idealizada das relações raciais brasileiras, sem problematizar as hierarquias históricas que atravessam essas relações.

Nesse contexto, as contribuições de Lélia Gonzalez tornam-se fundamentais para compreender como a linguagem opera como instrumento de poder e dominação. Para a autora, o racismo brasileiro possui um caráter sofisticado e frequentemente dissimulado, manifestando-se por meio de práticas simbólicas e expressões linguísticas naturalizadas no cotidiano. A linguagem, portanto, não apenas descreve a realidade social, mas participa ativamente da sua construção, legitimando hierarquias raciais herdadas do período colonial.

O termo "mulata", nesse sentido, remete a uma construção histórica marcada pela associação entre mestiçagem, erotização e disponibilidade do corpo feminino negro. Sua origem está vinculada a imaginários coloniais que reduziram mulheres negras e mestiças à condição de objeto de desejo, reforçando estereótipos de hipersexualização que persistem na cultura brasileira. Tal herança discursiva contribui para a manutenção de representações racistas que atravessam gerações e continuam sendo reproduzidas, muitas vezes de forma inconsciente, em diferentes espaços sociais — inclusive na literatura infantil.

Ao ser incorporado em uma obra amplamente difundida no contexto escolar, esse vocabulário acaba por reiterar imaginários sociais que naturalizam desigualdades raciais e silenciam os impactos históricos do colonialismo. Desse modo, embora a obra represente um marco importante ao valorizar a beleza negra em um cenário literário historicamente embranquecido, ela também revela ambiguidades e limites próprios de uma sociedade marcada pela colonialidade e pelo mito da democracia racial. A presença desses elementos evidencia a necessidade de uma leitura crítica da literatura infantil, capaz de reconhecer simultaneamente seus avanços representativos e as permanências de discursos racializados que ainda estrutu-

ram a cultura brasileira.

Além disso, a explicação da cor da menina como resultado das "artes da avó" revela uma estratégia narrativa que evita uma afirmação direta da negritude como identidade histórica e política. Em vez de reconhecer a cor da personagem como expressão de pertencimento racial e ancestralidade, a narrativa desloca essa característica para um campo lúdico e impreciso, o que pode ser interpretado como uma forma de suavizar ou até mesmo apagar a dimensão racial da personagem. Essa escolha fragiliza o potencial da obra para contribuir com uma educação antirracista, uma vez que evita o enfrentamento direto das questões raciais.

A partir das reflexões de Kabengele Munanga, é possível compreender que o racismo no Brasil se sustenta, em grande medida, por meio de mecanismos simbólicos que ocultam sua própria existência. A linguagem, nesse processo, desempenha papel central, pois é por meio dela que certas hierarquias são naturalizadas e perpetuadas. Assim, expressões aparentemente inofensivas podem carregar significados profundos, contribuindo para a manutenção de uma ordem social desigual.

Dessa forma, problematizar a linguagem presente em obras literárias infantis não implica desqualificá-las, mas reconhecer que elas são produtos de um contexto histórico específico e, portanto, passíveis de revisão crítica. No âmbito educacional, essa análise torna-se ainda mais relevante, pois permite transformar a leitura em um exercício de consciência linguística e política. Ao questionar termos, expressões e narrativas, abre-se espaço para a construção de novos repertórios discursivos, mais alinhados com os princípios de equidade, respeito e valorização da diversidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise evidencia que, embora pioneira, a obra apresenta limitações que exigem mediação crítica, especialmente no contexto de uma educação antirracista, em consonância com a Lei 10.639/03. A análise da obra Menina Bonita do Laço de Fita permite afirmar que, embora tenha desempenhado um papel pioneiro ao inserir uma personagem negra em posição de destaque na literatura infantil brasileira, ela apresenta limitações significativas quando confrontada com os referenciais teóricos contemporâneos sobre raça, representação e educação. Essas limitações não anulam sua relevância histórica, mas evidenciam a necessidade de uma leitura crítica e mediada, especialmente no contexto de uma educação comprometida com a equidade racial.

Nesse sentido, a promulgação da Lei 10.639/03 representa um divisor de águas ao instituir a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, demandando não apenas a inclusão de conteúdos, mas a revisão das práticas pedagógicas e dos materiais didáticos utilizados. A literatura infantil, como um dos principais instrumentos de formação simbólica, passa a ser convocada a desempenhar um papel ativo na desconstrução de estereótipos e na valorização da identidade negra.

A partir das contribuições de Kabengele Munanga, compreende-se que o racismo no Brasil opera de forma estrutural e simbólica, sendo reproduzido por meio de discursos, imagens e narrativas que naturalizam desigualdades. Assim, obras literárias que não problematizam essas estruturas podem, ainda que de forma involuntária, contribuir para sua manutenção. No caso analisado, a centralidade do olhar branco, a fragilidade do protagonismo negro e o uso de linguagens marcadas por heranças coloniais evidenciam como o racismo pode se manifestar de maneira sutil no campo cultural.

Além disso, as reflexões de Djamila Ribeiro sobre o conceito de "lugar de fala" reforçam a importância de considerar quem narra, a partir de qual perspectiva e com quais implicações. A ausência de voz ativa da personagem negra na obra analisada revela uma limitação importante, pois impede a construção de uma narrativa verdadeiramente emancipadora, na qual sujeitos negros possam se reconhecer como protagonistas de suas próprias histórias.

Do ponto de vista dos estudos culturais, Stuart Hall contribui ao afirmar que a representação não apenas reflete a realidade, mas a constrói. Dessa forma, a literatura infantil não deve ser compreendida como um es-

paço neutro ou meramente recreativo, mas como um campo de produção de sentidos que influencia diretamente a formação de identidades e a percepção das diferenças. Nesse contexto, a permanência de estereótipos ou de narrativas limitadas pode impactar negativamente tanto crianças negras quanto não negras, reforçando visões hierarquizadas.

Por outro lado, é fundamental reconhecer que a mediação pedagógica crítica pode ressignificar obras como Menina Bonita do Laço de Fita, transformando-as em ferramentas potentes para o debate sobre racismo, identidade e diversidade. Conforme aponta Paulo Freire, a educação deve ser um processo dialógico e problematizador, no qual os sujeitos são convidados a refletir sobre a realidade e a transformá-la. Assim, ao invés de excluir obras com limitações, o desafio está em utilizá-las de forma consciente, promovendo questionamentos e ampliando o repertório crítico dos estudantes.

Em síntese, a consolidação de uma educação antirracista exige não apenas a ampliação da presença de personagens negras na literatura infantil, mas, sobretudo, a qualifi-
i
cação das formas como essas personagens são representadas. A simples inserção de sujeitos negros nas narrativas não garante, por si só, a superação de discursos racistas historicamente construídos. É necessário que as obras promovam representações positivas, complexas e humanizadas, capazes de evidenciar a diversidade de experiências, identidades e trajetórias da população negra, afastando-se de estereótipos que associam a negritude à subalternidade, à ausência de protagonismo ou à exotização.

Nesse contexto, a literatura infantil assume papel fundamental na formação das percepções que as crianças desenvolvem sobre si mesmas e sobre o outro. As narrativas, imagens e personagens presentes nos livros participam da construção de referências simbólicas que influenciam diretamente os processos de identidade, pertencimento e autoestima. Para crianças negras, o contato com representações afirmativas pode contribuir para o fortalecimento da identidade racial e para a valorização de sua história e cultura. Para crianças não negras, essas representações favorecem a desconstrução de preconceitos e a construção de relações pautadas no respeito à diversidade.

Dessa forma, o compromisso com uma educação antirracista demanda uma atuação crítica de educadores, instituições de ensino e do mercado editorial na seleção, produção e mediação de obras literárias. Não basta disponibilizar livros que abordem a temática racial; é fundamental promover leituras que problematizem desigualdades, valorizem as contribuições históricas e culturais da população negra e estimulem reflexões sobre as estruturas de poder que sustentam o racismo. A mediação pedagógica desempenha papel central nesse processo, pois possibilita que as crianças desenvolvam uma leitura crítica das narrativas e compreendam os mecanismos sociais que produzem exclusão e discriminação.

Assim, a literatura infantil pode constituir-se como uma importante ferramenta de transformação social, contribuindo para a formação de sujeitos críticos, conscientes de seus direitos e comprometidos com a construção de relações mais democráticas. Ao promover representações que valorizem a pluralidade étnico-racial e desafiem padrões historicamente excludentes, a escola avança no cumprimento de seu papel social e educativo, colaborando para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e efetivamente comprometida com os princípios da igualdade racial.

REFERÊNCIAS

MACHADO, Ana Maria. Menina bonita do laço de fita. São Pau.lo: Ática, 1986.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro:
Cobogó, 2019.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2004.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento, 2017.